

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

**REQUERIMENTO N.º DE 2010
(Da Sra. Rebecca Garcia)**

Solicita que seja renovado o Grupo de Trabalho, aprovado na Sessão Legislativa de 2007, destinado a discutir os efeitos do amianto sobre a saúde e o meio ambiente e apresentação de propostas.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro à Vossa Excelência que seja renovado o Grupo de Trabalho, aprovado na Sessão Legislativa de 2007, destinado a discutir os efeitos do amianto sobre a saúde e o meio ambiente e apresentação de propostas no sentido de aperfeiçoar a fiscalização existente, métodos e normas de controle do produto.

JUSTIFICATIVA

O amianto é considerado um dos produtos mais perigosos do mundo. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a exposição ao amianto crisotila, ou amianto branco, aumenta os riscos de asbestose, câncer de pulmão, e mesotelioma. Não há limite de tolerância para os riscos de câncer; havendo exposição em maior ou menor grau, há risco de câncer. Por essa e outras razões ele já é proibido em mais de trinta países.

Empresas nacionais, conscientes dos danos associados ao uso do asbesto, modificaram sua planta industrial, e comercializam produtos similares sem amianto. Mas isto é exceção. A produção e comércio de amianto ainda estão liberados no Brasil. Ele é produzido e comercializado em larga escala, gerando renda para diversos setores da sociedade.

O que se indaga, portanto, é quais os efeitos da produção sobre o meio ambiente? Qual o passivo ambiental de uma atividade mineradora em operação há mais de 60 anos no Brasil? Quais os efeitos reais sobre a saúde dos trabalhadores da indústria? Quais os riscos para população? Como o mercado pode substituir o amianto por outra substância não cancerígena? Que efeitos um possível banimento causaria na economia brasileira? Como recuperar esse déficit? Tais questões serão abordadas pelo GT que propomos.

Atividades - Durante os anos de 2008 e 2009, o GT ouviu especialistas, estudiosos do assunto, técnicos do governo, empresários, ONGs envolvidas com a questão; visitou minerações abandonadas, como a de Poções, na Bahia, com mais de 700 hectares inviáveis para todo tipo de atividade; visitou indústrias falidas, como a Auco, de Avaré, São Paulo, e os resíduos que foram abandonados; visitou a única mina produtora de amianto no Brasil, localizada em Minaçu, Goiás. Ouviu vítimas, ex-trabalhadores e trabalhadores das minas e fábricas, a comunidade envolvida. Além da pesquisa de campo, o GT realizou audiências públicas, encontros, entrevistas, seminários nas diversas regiões do Brasil onde a questão do amianto está presente no cotidiano das pessoas.

Os resultados desses dois anos de pesquisas já estão prontos, porém o grupo precisa ser renovado para que o relatório final seja apresentado à Comissão. O Legislativo, e mais precisamente esta Comissão, tem condições de contribuir na busca de alternativas que auxiliem o Estado a encontrar solução para o problema.

Deste modo, conclamamos nossos pares a aprovarem esta proposta.

Sala da Comissão, em 03 de março de 2010

REBECCA GARCIA
Deputada Federal (PP/AM)